
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO ESPAÇO BRASILEIRO EM *VIAGEM AO BRASIL*: INCLUSÕES E APAGAMENTOS

Ceci-Maria Aparecida Honório*

Resumo

Este trabalho visa explicitar os gestos de leitura (Orlandi, 1996) produzidos por Theodoro Sampaio sobre o espaço brasileiro, através da análise de enunciados que formulam sentidos para os topônimos de origem Tupi, presentes nas notas de rodapé da tradução brasileira da obra *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden. Parto do pressuposto de que o discurso sobre este espaço, ao construir lugares de identificação para o sujeito, opera mecanismos de inclusão e apagamento pela linguagem.

O topônimo como discurso

Os topônimos, por serem considerados pontos de referência do sujeito falante, lugar de identificação relativamente ao espaço, têm funcionado como unidade transparente, um dado, sempre já-lá posto, independente de uma história, aparecendo, nas práticas cotidianas, como designação naturalizada, assim como outros processos pertencentes aos nomes próprios. No entanto, conforme já argumentou Dick (1998: 61), “o topônimo, funcionalmente, apresenta-se com uma dupla marca lingüística, exercendo não apenas

* Universidade Estadual de Maringá (UEM).

um papel sógnico no universo do discurso, mas também o de suporte de identificação: sugere pistas, indica caminhos interpretativos, torna-se evidência de comportamentos extintos, resgate de memórias vivenciadas.”

No diálogo deste funcionamento com os pressupostos da Análise do Discurso francesa é que procuramos compreender a construção de lugares de identificação para os sujeitos relativamente à enunciação do espaço brasileiro. Avançando então para uma visada discursiva, podemos formular que o processo histórico de simbolização deste espaço se constrói por processos de *identificação* (Pêcheux, 1988).

Refletindo a partir do material que temos em mãos, iniciamos nossa análise por um recorte específico: as notas de rodapé que remetem a trechos do relato *Viagem ao Brasil* – em que o viajante alemão descreve os confrontos/aliança com o povo Tupinikim e Tupinambá – serão concebidas como um lugar enunciativo a partir do qual podemos observar pontos de deriva possíveis, atualizações que nos permitem explicitar uma prática de leitura sobre o espaço brasileiro e sobre os sujeitos ali presentes, no início do século XX. Consideramos que trabalhar os topônimos em sua opacidade e incompletude, e, portanto, trabalhar no campo interdiscursivo, é um modo de desnaturalizar os nomes e explicitar gestos de leitura que produzem certos saberes sobre o mundo. Concordando com Pêcheux (1997), segundo o qual das *coisas-a-saber* há aquelas que são *lembradas* e as que são dadas a *esquecer*, torna-se relevante conceber os topônimos como um lugar de unidade em que funciona a dispersão dos saberes, saberes que são re(organizados) segundo uma *ordem do discurso* (Foucault, 1996) que opera por procedimentos de inclusão e apagamento.

Saber metalingüístico e processos de identificação

Vimos observando, no material consultado, que a etimologia foi um ponto de ancoragem fundamental na sustentação de um saber toponímico.

Na edição de 1930 do relato de viagem *Viagem ao Brasil*, que representa a tradução feita por Lofgreen, Theodoro Sampaio acrescenta 27 notas de rodapé referentes aos topônimos de origem Tupi na primeira parte do livro, intitulada “Verdadeira e Curta narração do Commercio e Costumes dos Tuin Inbas, cujo prisioneiro eu fui. Moram na America. O seu paiz está situado no 24º **gradus**, no lado do sul da linha equinoxial. A

sua terra confina com um districto, chamado Rio de Jenero”. Nestas notas, o autor posiciona-se ora do lugar do tradutor, técnico que traduz um item lexical da língua Tupi para o português, fundamentado na etimologia, ora assume uma posição de comentarista, lugar a partir do qual insere dados históricos sobre o espaço nomeado.

Da perspectiva que procuramos pensar a questão, as notas de rodapé representam “um movimento des-centralizador do texto: comentário técnico de uma tradução”, diz A. C. Cesar (1988), é inconscientemente conduzido por pontos centrífugos do próprio texto (Orlandi, 1990: 106). Trata-se, desta forma, complementa a autora, de “domesticar, pelas notas, a não-linearidade do sentido e seu caráter ‘desordenado’”. Mas, ao mesmo tempo em que se constitui de uma prática disciplinarizadora do discurso, as notas são, contraditoriamente, lugares de deriva, pontos de dispersão na própria unidade. Discursivamente, sabemos ainda que todo movimento de controle implica lugares de deslocamentos possíveis, e que, desta perspectiva, a presença da nota aponta para o fato de que o texto é incompleto. Incompletude que passa a ser imaginariamente controlada por um *discurso paralelo* (idem), traços que nos fazem perceber que o dizer (a história) poderia ser outro, dito de outra perspectiva.

Analisando os enunciados das notas, observamos portanto que, paralelamente a um *discurso sobre a língua*, sustentado predominantemente pelo saber e pelo fazer etimológico, derivam outros discursos. Dizeres *sobre o mundo* se expõem: o léxico, tomado como um dado lingüístico a conhecer, abre outros espaços de interpretação, transformando-se em lugar de legitimação de um certo ponto de vista histórico.

A retomada do léxico no discurso paralelo serve-se a dois propósitos: construir um saber metalingüístico e, também, construir uma memória sobre a conquista do espaço brasileiro. Pela análise dos enunciados abaixo, observamos um feixe de sentidos que faz deslizar lugares de identificação para o sujeito. Se, no texto do relato, funciona o discurso metalingüístico de nomeação do espaço da perspectiva indígena (*chamado Marin, Tamaraka etc.*) no texto das notas, desloca-se a posição do leitor: constrói-se um lugar de identificação da perspectiva do brasileiro; pelo procedimento de equivalência lexical este sujeito leitor reconhece a referência pelo nome em português e aí se reconhece/se situa.

Ali os portugueses tinham estabelecido uma colonia chamada Marin...(Relato, p.32)

Nota: A colonia ahi/ fundada pelos Portuguezes era a villa de Olinda, a que o gentio começou a chamar *mairy*, que quer dizer *cidade* ou povoação./ como a construíam os europeos. (Nota 8, grifos meus.)

Como percebessemos que nos havia de faltar mantimento, saímos em dois barcos por um logar chamado Tamaraka (14) a buscal-o (Relato, p.34)

Nota: A ilha de Itamaracá, que o gentio da terra chamava *Ipãussu Itamará*, como Staden escreve no desenho junto, e se traduz - *ilha grande de Itamaracá.*/ da Capitania de Pero Lopes de Souza. Na ilha estava a villa de Nossa Senhora da Conceição, cabeça da Capitania... (Nota 14; grifos meus.)

A cinco milhas de S. Vicente há um logar denominado Brikioka (39), onde os inimigos selvagens primeiro chegam, para dahi seguirem por entre uma ilha chamada Santo Maro (40) e a terra firme.(Relato, p.55)

Nota: Santo Amaro é o nome dado pelos Portuguezes á ilha, vizinha de S.Vicente, a que o gentio chamava *Guaybe* ou *Guaimbé*, e que foi o nome da capitania doada a Pero Lopes de Souza na zona do sul. (Nota 40; grifos meus.)

Dirigiu-se então para lá e deu com um logar onde moravam portuguezes e se chamava Itenge-Ehm (32), cerca de duas milhas distante de S. Vincente.(Relato, p.52)

Nota: É a barra de Itanhaem, graphado o nome como soara aos ouvidos do narrador - *Itenge-Ehm*, - *na costa ao Sudoeste de S. vicente, onde já, nesse tempo, havia um nucleo de colonos portuguezes.* O nome indigena procede de *itá nhaen*, que significa - *bacia de pedra*, - muito conformre com o aspecto da localidade que é deveras uma bacia rodeada de pedras, das quaes na mais alta está a igreja de Na. Sra. Da Conceição. (Nota 32; grifos meus.)

Essa discursividade instaura o efeito do já-lá, pela naturalização dos nomes: *era a villa de Olinda, a ilha de Itamaraca/na ilha, estava a villa de Nossa Senhora da Conceição, vizinha de S. Vicente, é barra de Itanhaem*. Neste movimento, que interpela o sujeito leitor brasileiro em relação ao espaço, imagens de um mundo ‘civilizado’, cristão, vão se expondo pelos acréscimos representados no discurso paralelo. Pensando a tensão entre paráfrase e polissemia (Orlandi, 1996), observamos que a repetição é significada pelo discurso metalingüístico, lugar a partir do qual é possível a polissemia: os acréscimos que ressignificam o já-dito, abrem margem para a construção discursiva da legitimação da “descoberta” e posse do Brasil pelos europeus.

Os dados lingüísticos, tal como funcionam nos enunciados em análise, abrem um eixo interpretativo para a ‘recuperação’ de dados históricos do lugar do brasileiro. Os ‘detalhes’ acrescidos nas notas funcionam como efeito de *completude* do texto e da história, que segue na mesma perspectiva: da descoberta.¹ O sentido do item lexical é preenchido da perspectiva dos europeus, pela naturalização de sua presença no espaço brasileiro. A dimensão temporal, representada pelo “já” e “primeiro”, na relação com o locativo *onde* – que se repete como regularidade – marca esta posição. Observemos:

É a barra de Itanhaém (...) onde já naquele tempo havia um núcleo de portugueses. (Grifo meu.)

(...) O navio de Senabria avistou primeiro e entrou a barra do sul do canal entre o continente e a ilha, onde ancorou. (Grifos meus.)

(...) lugar na extremidade sul do canal de Santa Catharina, onde ancorou a nau de Senabria. (Grifo meu.)

Com este discurso constrói-se a imagem de um lugar vazio de diferentes e de uma anterioridade do europeu, aí identificado, relativamente ao povo aqui já existente: não havia povos indígenas, não houve conflitos na chegada. Os europeus são os que aparecem como os *primeiros* preenchedores do espaço (*já havia um núcleo de portugueses*) e

¹ Este efeito é preenchido ainda pelas notas relativas à escrita de itens lexicais em língua portuguesa, que, neste estudo específico, não será objeto de análise. Vale só observar que os itens que se retomam como objeto de correção ortográfica na nota são nomes próprios de colonizadores. Em alguns casos, da retificação ortográfica, deriva-se para um discurso de valorização destes personagens históricos.

de sentidos para este espaço, portanto, aqueles legitimados para sua posse. Posição sustentada interdiscursivamente nos enunciados que representam a fundação do Brasil, portanto, no enunciado fundador do Brasil: “o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral.” A posição do índio no espaço não é preenchida na cadeia enunciativa. O semantismo do ver *avistar* se completa no sentido de explicitar *quem* viu primeiro e não *quem* se avistou. Afinal, outro enunciado fundador é convocado enquanto memória: “Terra à vista.” Deste lugar de olhar – do Atlântico para a terra – não se viu o *outro*, que já estava lá. O espaço que representa o *onde* estavam os índios relativamente à posição dos europeus é apagado, apagando-se a história de confronto.

Com este procedimento, controla-se o aparecimento daquilo que Henry (1993) designou *pré-construído* – o que remete a uma construção anterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Consideramos este processo como “efeito discursivo ligado ao encaixe sintático” (Pêcheux, 1988). Neste gesto de interpretação, o encaixe poderia ser *outro*.

Se, como mostrou Orlandi (1994), no século XIX a nomeação dos “acidentes” geográficos funcionou como atestação formal, jurídica de sua existência, no início do século XX, este discurso aqui se mantém; mas com algumas diferenças. No início do século XX, apresentar outros atos de nomeação – o modo de nomear indígena – significou como lugar de deriva para atestar/legitimar a presença *primeira* dos europeus neste espaço.²

A nomeação paralela, em que se expõe o locutor indígena como aquele que nomeia, funciona como pré-texto a partir do qual se pode continuar falando da mesma história. Legitima-se neste discurso a posse do espaço brasileiro pelos portugueses.

Estes aparecem como donos e/ou ocupantes ativos da terra, a quem se deve o mérito de ‘edificadores de um espaço civilizado’. Em outros termos, da perspectiva européia, foram aqueles que transformaram o espaço “selvagem”, natural, em espaço “civilizado”.

² Orlandi (1994: 51), em suas análises sobre os discursos dos missionários e viajantes do século XIX, explicita que os rios, localidades, características geográficas aparecem já nomeados, mostrando um país já estabelecido de fato. Não se trata de um processo de denominação desses “acidentes”, eles já aparecem como estando lá, nomeados. Sua existência material já está garantida, o que se produz com a descrição é a atestação formal, jurídica, de sua existência.

Esta transformação também se materializa pela substituição lexical: o espaço físico-geográfico transforma-se em espaço geopolítico (*villa, cidade, povoação, capitania, núcleo*), administrado pelo europeu. Imagens da civilização cristã 'organizada' vão surgindo, transformando o espaço "selvagem", *sem lei, sem rei, sem fé*, em espaço urbano: aparecem as *villas, cidades, igrejas*. A geografia humana vai sendo caracterizada principalmente pela presença dos portugueses no espaço. A ocupação indígena e os confrontos com o europeu são *silenciados* (Orlandi, 1995), pois nesta *ordem do discurso* (Foucault, 1996) há mecanismos de regulação operando no plano da normatização interna do discurso. Neste espaço, os sujeitos índios são identificados/incluídos genericamente pela designação "gentio".

Quando se inclui, pela enunciação, o espaço como de domínio indígena, esta representação funciona em relação às diferentes nações indígenas que habitavam o lugar e não em relação ao europeu.³ Os índios aparecem organizados enquanto nação somente quando o confronto é no nível interétnico. A partir desta relação é possível falar da diferença. Os índios são aqui particularizados: *Tupiniquim, Caetés, Carijós*. Neste espaço interlocutivo, o sujeito deixa de ser representado enquanto índio genérico para ser diferenciado etnicamente. O foco do discurso são as alianças em torno das terras.

O gentio Tupiniquim dominava, com efeito, nessa época, o litoral paulista na mór parte de sua extensão, partindo ao norte com os Tupinambás do Rio de Janeiro, e ao sul com os Carijós. Desconhecida era a extensão do seu domínio no sertão; o autor, porém, avalia isso em oitenta leguas aproximadamente. (Nota 37, p. 53)

Eram os Caetés, moradores das mattas, inimigos dos Potyguaras, aliados dos Portuguezes. (Nota 23, p. 33)

O confronto produzido entre portugueses e índios na ocupação do espaço é também aqui apagado. Os europeus em geral, e os portugueses em particular, chegam a um

³ Em *A organização social dos Tupinambás*, Florestan Fernandes (1948) apresenta a distribuição espacial dos Tupinambás, caracterizando-os como um grupo que representa vários subgrupos Tupi que povoavam o Brasil no séculos XVI e XVII.

espaço praticamente inabitado⁴ e o organizam ‘urbanisticamente’, legitimando-se como seus donos ‘de direito’, portanto, com direito à sua exploração. Esta ocupação e a exploração são naturalizadas no discurso.

Era esse costume naquelles tempos em que o trafico com o gentio era único negocio possível nesta parte da America. Os navios dos contractores do pau-brasil como as simples naus de resgate, portuguezas ou estrangeiras, empregavam todas o mesmo processo. (Nota 74; grifos meus.)

É vocabulo tupi que significa porto, logar na extremidade sul do canal de Santa Catharina, onde ancorou a nau de Senabria. O forte de Imbiassape (mbeaçã-pe) deve ter sido alguma estacada para defeza das palhoças em que, por dois annos, ahi se abrigou a tribulação. (Nota 29; grifos meus.)

A pimenta (kíinha), chamada cumurí, valia então como uma especiaria da terra. As pennas do guará, da arara, as pelles de tucano e do sfelinos eram então muito procurados. O trouchement francez adquiria esses artigos e esperava o barço que os vinha buscar e levar para a Europa. (Nota 77; grifos meus.)

Este discurso se materializa lingüisticamente pelas formas do pretérito imperfeito (*era, empregavam, adquiria*), e por expressões do tipo *costume, possível*, que constroem uma imagem desta prática como atividade habitual da época. Os índios não são incluídos enquanto agentes de sua cultura. O europeu na posição de sujeito, agente ativo e legítimo de exploração – marcado nos verbos acima descritos – é substituído, em um outro feixe de sentido, pela ausência do índio na posição de sujeito: *valia e procurados*. Valia para quem? Eram procurados por quem?

Os sujeitos colonizadores, representados metonimicamente no campo das navegações (nau, navio) são caracterizados enquanto nação (*portuguezas ou estrangeiras*) ou

⁴ Os únicos sujeitos considerados habitantes na terra encontrados pelos europeus eram outros europeus. O índio aparece colocado na posição natural. Esta representação aparece na nota 23: *o navio de Senabria (...) encontrou com o europeu...*

como coletividade, situadas em um espaço-tempo determinado: *nau de Senabria, trouchement francez, naus de resgate, francezas ou estrangeira*.

Os sujeitos índios, por seu turno, são caracterizados pelo espaço que ocupam e pela divisão entre tupi e não-tupi. O tempo, neste caso, é neutralizado por verbos modais (*é, deve ser*), o espaço, é genérico: *do sertão, nordeste, do campo, do matto*.

Karaya *é, decerto*, Carayá, *gentio do sertão e de raça não tupi*. (Nota 110; grifos meus.)

Deve ser Potiguares, *como diziam os Portuguezes, derivado de Poti-guara, papa camarões, apelido de uma nação dos tupis do Nordeste*. (Nota 16; grifo meu.)

(...) *Nesse ambito se comprehendiam os Guayanazes, quer os do campo, quer os do matto, os quais se ligavam por vezes aos Tupiniquins por laços consanguíneos, como nol-o transmite Anchieta. Os Guayanaezes não eram, porém, tupi*. (Nota 37; grifos meus.)

O espaço representado é o 'selvagem': um espaço dividido pela dimensão regional (nordeste, sertão etc.) ou física (cabeceira, trecho etc.). Desta perspectiva, apaga-se a presença do índio em um espaço social e culturalmente determinado.

Na inquietação de querer traduzir o que o outro quis dizer, o texto de Theodoro Sampaio nos permite compreender certos gestos de leitura que, ao categorizar, definir, explicar os itens lexicais, constrói saberes: saberes sobre o espaço brasileiro e sobre os sujeitos presentes em sua ausência necessária. O notista dá-nos, assim, uma versão da História do Brasil que não é, como diz Foucault (1985), a de sua perfeição, mas, antes, a de sua condição de possibilidade.

Considerações finais

Tendo em vista um contexto histórico particular, o da construção de uma consciência nacional, as imagens que se constroem sobre o espaço brasileiro e sobre os indígenas são atravessadas pelo discurso da descoberta. Nesta discursividade instaura-se um lugar de identificação para estes sujeitos que são ora de seu apagamento no espaço, ora

de sua naturalização. Vistos como sujeitos passivos, a história da insurreição não é convocada enquanto memória. Os topônimos, nesta instância, funcionam enquanto rótulos transparentes, porque esquecidos enquanto memória. Apagamentos necessários para a construção de um espaço brasileiro pacífico e natural, marcado pela presença de sujeitos cordiais?

Résumé

Ce travail prétend mettre au jour les “gestos de leitura” (Orlandi, 1996) produits par Theodoro Sampaio sur le espace brésilienne, à partir de l’analyse des énoncés formulant les sens des toponymes d’origine Tupi dans le ouvre “Viagem ao Brasil”, de Hans Staden, énoncés présents dans les notes de bas de page de la traduction brésilienne. Partons du présupposé que le discours sur cet espace, au construit position de identificacion par le sujet, joue mecanismes d’inclusion et exclusion par le langage.

Referências bibliográficas

- DICK, M.V. de P. do A. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. In: *Revista Philologus* n.10. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 1998.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *Terra à vista*. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P.(org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Trad. Alberto Lofgren. Apresentação e Notas de Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Publicação da Academia, 1930.